



LEI Nº 757/2017, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos da Lei nº 372, de 29/10/2004, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de General Sampaio-CE e sobre o Fundo de Previdência do Município de General Sampaio - GSPREV, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de General Sampaio aprovou e eu, Prefeito Municipal, com base no Art. 95, da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os dispositivos indicados a seguir da Lei Municipal nº 372, de 29 de outubro de 2004, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 19.** A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado total e permanentemente incapaz para o exercício de suas atividades e insusceptível de readaptação para outro cargo com atribuições e atividades compatíveis com a sua limitação e habilitação exigida na forma da lei. (NR)”

“§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição da incapacidade do servidor, na forma do *caput*, mediante exame pericial por Junta médica oficial a cargo do GENERAL SAMPAIO PREV, e será devida a partir da data fixada no laudo médico-pericial. (NR)”

“§ 2º O servidor será aposentado por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculado na forma do art. 43 desta Lei, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, hipótese em que os proventos serão integrais. (NR)”

“§ 3º – Revogado.”

“§ 10. O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez cassada, a partir da data do retorno. (NR)”

“§ 12. O servidor será incluído na folha de pagamento dos inativos com percepção de proventos através do GENERAL SAMPAIO PREV a partir da data de publicação do ato de aposentadoria, efetivando-se a imediata suspensão dos descontos das contribuições previdenciárias, na forma da lei. (NR)”

“**Art. 20.** (...)”

“§ 1º A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato da administração, com início de vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor